



LEI Nº 455/2009/PGMP

DETERMINA A LICENÇA MATERNIDADE PELO PERÍODO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O cidadão **Frank Luiz da Cunha Garcia**, Prefeito Municipal de Parintins, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas no art. 65 da Lei Orgânica Municipal de Parintins.

Faz saber aos cidadãos de Parintins que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada dia 09 de dezembro de 2009, **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte

L E I

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica determinado que terão direito a licença maternidade, nos termos em dispõe esta lei, as servidoras municipais, gestantes por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, mediante atestado médico, sem prejuízo de remuneração.

§ 1º O início da fruição do benefício ocorrerá a partir da data do parto inclusive em caso de natimorto ou em casos excepcionais a contar da data fixada por meio de atestado médico para início do afastamento de suas atividades.

§ 2º Ocorrido o parto em virtude de nascimento prematuro sem que tenha requerido a licença, será esta concedida mediante a apresentação de Certidão de Nascimento e vigorará a partir da data do evento.

§ 3º No caso de natimorto ou de aborto involuntário, a licença será concedida por duas semanas, salvo se exame médico oficial concluir pela necessidade de afastamento por maior tempo.

Art. 2º Durante o período das licenças à gestante, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada sendo da mesma forma vedada a manutenção da criança em creche ou organização similar sob pena de cancelamento da licença com a conseqüente perda do salário maternidade a que fizer jus.

Parágrafo Único. Caberá ao órgão em que a servidora estiver lotada à fiscalização do disciplinado no caput desse artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parintins, 22 de dezembro de 2009.

Publicado no Quadro Legal de Aviso da
Prefeitura Municipal de Parintins
Em 23/12/09 nos termos
do Art.91 da Lei Orgânica Municipal
Nº 01 2004-CMP

Procuradoria Geral do Município
Kellen Alves dos Santos
Assistente Técnico Administrativo
Portaria nº 857/2009-PGMP

Frank Luiz da Cunha Garcia
Prefeito Municipal de Parintins

PARINTINS
PARA VIVER E AMAR
Procuradoria Jurídica: Rua Herberth de Azevedo, nº 1493 - Fone/Fax: (92) 3533-1399 Parintins-Am
E-mail: procuradoriapin@hotmail.com

ESTADO DO AMAZONAS
Câmara Municipal de Parintins
A Presente Lei foi publicada no dia
___/___/___ por afixação na Sede
da Câmara de conformidade com o Art.91
Lei Orgânica do Município de Parintins.

Grace Maria Rocha Pinheiro
Assessora Legislativa